



# BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

[www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Quarta - feira, 02 de Abril de 2025 | Ano V, n.º 416 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

**RECONCILIAÇÃO SEM VERDADE É ILUSÃO**

## O Chamado de Moçambique à Justiça



**ANNA MOYO**, DIRETORA EXECUTIVA DO CENTRE FOR THE STUDY OF  
VIOLENCE AND RECONCILIATION

## Introdução

**D**urante o webinar de alto nível realizado no dia 11 de Março de 2025 - Verdade e Justiça para as Violações de Direitos Humanos no Contexto Pós-Eleitoral em Moçambique - a especialista em justiça transicional Anna Moyo, directora executiva do Centre for the Study of Violence and Reconciliation, partilhou reflexões fundamentais

sobre os desafios e as oportunidades para um processo autêntico de justiça em Moçambique. Com base na sua experiência regional e na observação das dinâmicas moçambicanas, Moyo defendeu a centralidade da verdade, da escuta às vítimas e da inclusão comunitária como pilares indispensáveis para a reconciliação duradoura.

### A verdade como ponto de partida

Anna Moyo sublinhou que a verdade deve ser o ponto de partida de qualquer processo genuíno de reconciliação. Para ela, não é possível unir uma sociedade profundamente dividida — entre grupos étnicos, regiões, comunidades ou fações políticas — sem primeiro conhecer e reconhecer os factos. A verdade precisa ser compreendida como um processo colectivo e plural de escuta e reconhecimento, que vá além das versões oficiais e inclua as vozes de vítimas, perpetradores, testemunhas e sobreviventes.

A oradora argumentou que, sem essa escuta, qualquer tentativa de reconstrução nacional será superficial, correndo o risco de fortalecer uma cultura de impunidade. Segundo ela, quando os responsáveis por violações graves não são responsabilizados, transmite-se à sociedade a ideia de que se pode recorrer à violência sem consequências — o que perpetua ciclos de repressão e sofrimento.

### Lições do passado

Moyo usou a história recente de Moçambique como exemplo das consequências da exclusão das vítimas nos processos de paz. O Acordo Geral de Paz, que pôs fim à guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO, foi descrito como essencialmente político e limitado, deixando de fora as vítimas e as comunidades afectadas. Como resultado, segundo ela, a reconciliação alcançada foi frágil e superficial — o que explica, em parte, o retorno das hostilidades anos mais tarde.

Esse fracasso em reconhecer e reparar as feridas do passado comprometeu a estabilidade nacional e aprofundou as divisões internas. Por isso, Moyo defende que, num processo de justiça transicional, a participação popular deve ser central. Soluções negociadas apenas por elites políticas são, frequentemente, insustentáveis.

### A verdade deve ser abrangente

Outro ponto enfatizado por Moyo foi a necessidade de um processo de verdade que vá além dos episódios recentes de repressão eleitoral. Ela defendeu que Moçambique precisa de uma abordagem histórica e ampla — que inclua os períodos da guerra civil, a insurgência armada no norte do país desde 2017, bem como as violações mais recentes.

Cada uma dessas fases, afirmou, deixou marcas profundas na sociedade moçambicana, com violações sistemáticas de direitos civis, políticos, económicos, sociais e ambientais. A omissão em relação a essas violências tem sido uma das principais causas da sua repetição. Para a oradora, o silêncio institucionalizado e a política de “esquecimento oficial” alimentam uma cultura de impunidade que mina a democracia.

## Conclusão

Ao encerrar a sua intervenção, Anna Moyo alertou que Moçambique vive um momento decisivo. Ignorar os traumas do passado é arriscar que eles se repitam. A justiça transicional é uma via necessária — e não opcional — para a consolidação da paz, da democracia e da coesão social. Trata-se de um percurso corajoso que exige escuta, reconhecimento e responsabilização. Só assim será possível romper com os ciclos de violência e reconstruir o pacto social moçambicano com base na verdade, na justiça e na reconciliação.

## Recomendações de Anna Moyo para o processo de justiça transicional em Moçambique

### Ao Governo de Moçambique:

- Iniciar imediatamente um processo de verdade e reconciliação com ampla participação comunitária;
- Garantir que vítimas de todas as fases do conflito sejam ouvidas e reparadas;
- Evitar acordos políticos excludentes e promover soluções enraizadas nas realidades locais;
- Incluir representantes de mulheres, jovens, vítimas e comunidades marginalizadas nos processos de negociação.

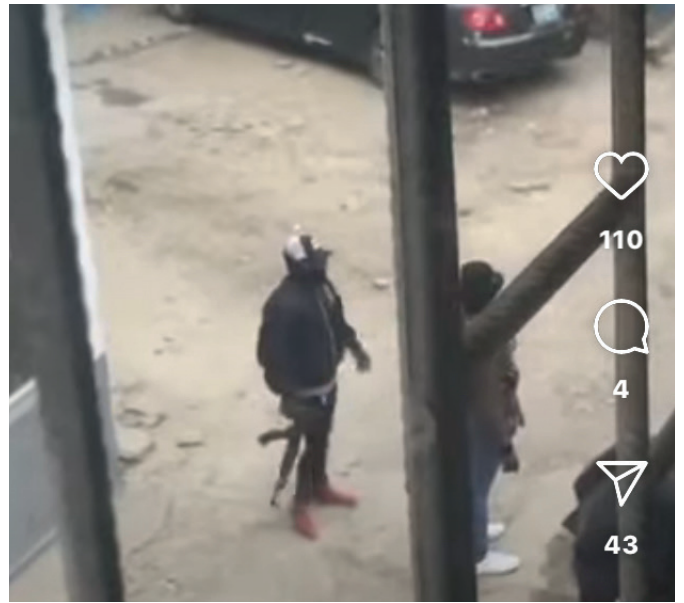
### À Sociedade Civil:

- Promover escuta comunitária e documentação da verdade a partir das bases;
- Criar espaços de memória, diálogo intercomunitário e apoio às vítimas;
- Exigir transparência e participação em qualquer iniciativa oficial de justiça transicional.

### À Comunidade Internacional:

Apoiar técnica e financeiramente os processos de justiça transicional;

- Garantir que as iniciativas respeitem os princípios da inclusão, centralidade das vítimas e liderança nacional;
- Facilitar intercâmbio de experiências com outros países africanos que já implementaram mecanismos semelhantes.





## MISSÃO:

*Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.*


## MISSION:

*Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.*

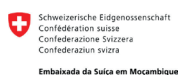
### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Assistentes do Programa:** Artur Malate; Sheila Wilson; Marcia Massosste; Florentina Cassabue.  
**Autor:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

